

# Demonstrações Contábeis Regulatórias

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ: 26.617.923/0001-80

31 de dezembro de 2020  
com Relatório do Auditor Independente

# Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.

## Demonstrações contábeis regulatórias

Referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020

### Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias .....	1
Demonstrações contábeis regulatórias auditadas	
Balanço patrimonial.....	7
Demonstração do resultado .....	8
Demonstração do resultado abrangente .....	9
Demonstração da mutação do patrimônio líquido .....	10
Demonstração do fluxo de caixa .....	11
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias .....	12

## Relatório da Administração Regulatório

A Administração da Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("JAN" ou "Companhia") tem a satisfação de submeter à apreciação dos senhores acionistas o relatório da administração Regulatório e as demonstrações contábeis regulatórias acompanhadas das notas explicativas e do respectivo relatório do auditor independente relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2020.

### A Companhia

A Janaúba é controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa"), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos. A JAN atua no segmento de transmissão de energia elétrica, nas regiões sudeste-nordeste.

Concessionária privada do serviço público de transmissão de energia elétrica, a Companhia detém a concessão de linhas de transmissão da Rede Básica que compreenderá 03 subestações na tensão de 500 kV e aproximadamente 542 km de linhas de transmissão igualmente em 500 kV, todas ainda estão em fase de construção. A JAN receberá RAP-Receita Anual Permitida reajustada pelo IPCA e correção a partir de julho de cada ano. O contrato de concessão foi assinado com a ANEEL em 10 de fevereiro de 2017.

Até 31 de dezembro de 2020 a Companhia concentrou esforços na elaboração dos projetos básico e executivo, serviços de topografia e implantação de traçado, atividades de licenciamento ambiental e regularização fundiária dos 542 km de extensão das linhas de transmissão, conforme quadro a seguir:

Linhas de Transmissão em construção – Características Físicas						
Linha de Transmissão	Circuito	Tensão (kV)	Extensão (km)	Capac. Transform. (MVA)	Início Operação Comercial	Venc. da Outorga
Bom Jesus da lapa II – Janaúba 3	C1	500	304	-	Fev/2022	Fev/2047
Janaúba 3 – Pirapora 2	C1	500	238	-	Fev/2022	Fev/2047

Projetos de Linhas – Evolução Física e Investimentos – R\$ mil				
Linhas de transmissão e subestações	Evolução Física em 31/12/2019	Investimento realizado até 31/12/2019	Evolução Física até 31/12/2020	Investimento realizado até 31/12/2020
<b>Linhas de transmissão</b>				
Bom Jesus da lapa II – Janaúba 3	19,54%	62.168	82,53%	249.413
Janaúba 3 – Pirapora 2	21,19%	55.073	88,45%	374.244
<b>Subestações</b>				
Bom Jesus da Lapa II	12,64%	5.407	91,87%	44.939
Janaúba 3	18,06%	19.022	95,61%	115.751
Pirapora 2	11,54%	3.182	93,86%	15.616

RAP Esperada - em moeda constante de 31/12/2020							
Linha de Transmissão	2019	2020	2021 (*)	2022	2023	2024	2025
JANAÚBA	-	-	145.237	217.856	217.856	217.856	217.856

(\*) Previsão com base na antecipação da entrada em operação para o exercício de 2021.

## Governança Corporativa

A JAN procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa, comuns a todas as concessões do Grupo Taesa, controladora da Companhia.

## Declaração da Diretoria

A Taesa realiza atividades de "back-office" para atividades administrativas da JAN e procura implantar na concessão os mesmos princípios de Governança Corporativa e Qualidade, comuns a todas as concessões do Grupo.

## Relacionamento com o Auditor Independente

A Companhia contratou a Ernst&Young Auditores Independentes S.S. ("EY Brasil") para prestar serviços de auditoria independente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$49 mil.

As políticas da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa do seu auditor independente visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.



## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
**Janaúba Transmissora de Energia S.A.**  
Rio de Janeiro – RJ

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações contábeis da Janaúba Transmissora de Energia S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Janaúba Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com o MCSE.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias**

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 2 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a companhia a cumprir determinação da ANEEL. Consequentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



## **Outros assuntos**

### **Demonstrações financeiras societárias**

A Janaúba Transmissora de Energia S.A. elaborou um conjunto de demonstrações financeiras separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 29 de março de 2021.

### **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

### **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com o MCSE e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2021.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP015199/O-6



Pia Leocádia de Avellar Peralta  
Contadora CRC-1RJ101080/O-0



Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<b>Ativos</b>			
<i>Ativos circulantes</i>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	42.803	10
Títulos e valores mobiliários	5	-	653.239
Impostos e contribuições		8.372	2.699
Outras contas a receber		5.098	15.718
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>56.273</b>	<b>671.666</b>
<i>Ativos não circulantes</i>			
Impostos e contribuições diferidos	7	29.934	3.649
Outras contas a receber		-	5
Imobilizado	8	784.674	137.494
Intangível	8	27.443	19.512
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>842.051</b>	<b>160.660</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>898.324</b>	<b>832.326</b>
<b>Passivos</b>			
<i>Passivos circulantes</i>			
Fornecedores	10	21.348	28.790
Impostos e contribuições sociais	6	5.846	2.990
Dividendos a pagar	9	99.061	9.996
Outras contas a pagar		1.986	1.022
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>128.241</b>	<b>42.798</b>
<i>Passivos não circulantes</i>			
Debêntures	11	846.959	766.679
Provisão para contingências		328	-
Outras contas a pagar		40.113	-
<b>Total dos passivos não circulantes</b>		<b>887.400</b>	<b>766.679</b>
<i>Patrimônio líquido</i>			
Capital social		40.645	40.645
Reserva de lucros		40.645	40.645
Dividendos adicionais propostos		209.356	19.279
(Prejuízos) acumulados		(407.963)	(77.720)
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>(117.317)</b>	<b>22.849</b>
<b>Total dos passivos e do patrimônio líquido</b>		<b>898.324</b>	<b>832.326</b>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Demonstração do resultado em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Pessoal	16	(177)	-
Outros custos operacionais		(409)	(554)
Custos operacionais		<u>(586)</u>	<u>(554)</u>
Pessoal	16	(1.327)	(934)
Serviços de terceiros		(525)	(196)
Outras despesas operacionais líquidas		(403)	(100)
Despesas operacionais		<u>(2.255)</u>	<u>(1.230)</u>
Resultado da atividade		(2.841)	(1.784)
Receitas financeiras		10.620	10.453
Despesas financeiras		(82.943)	(17.421)
Outras Despesas financeiras		(2.221)	(1.049)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	17	<u>(74.544)</u>	<u>(8.017)</u>
Resultado antes dos impostos e contribuições		<u>(77.385)</u>	<u>(9.801)</u>
Imposto de renda e contribuição social	13	26.284	3.092
(Prejuízo) do exercício		<u><u>(51.101)</u></u>	<u><u>(6.709)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A.  
CNPJ no 26.617.923/0001-80

Demonstração do resultado abrangente para exercício findo  
em 31 de dezembro de 2020 (Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
(Prejuízo) do exercício	<u>51.101</u>	<u>(6.709)</u>
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u>(51.101)</u>	<u>(6.709)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros		Dividendos Adicionais Propostos	(Prejuízos acumulados)	Total
			Reserva legal	Reserva especial			
Saldos em 31 de dezembro de 2018	12	<u>38.948</u>	<u>1.051</u>	<u>21.791</u>	-	<u>(28.924)</u>	<u>32.866</u>
Aumento de capital		1.697	-	-	-	-	1.697
Retificação da destinação do resultado do exercício anterior		-	-	4.991	-	-	4.991
Lucro do exercício		-	-	-	-	(6.709)	(6.709)
Destinação do lucro societário do exercício:							
Reserva legal		-	2.104	-	-	(2.104)	-
Dividendos obrigatórios		-	-	-	-	(9.996)	(9.996)
Reserva especial		-	-	10.708	-	(10.708)	-
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	19.279	(19.279)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	12	<u>40.645</u>	<u>3.155</u>	<u>37.490</u>	<u>19.279</u>	<u>(77.720)</u>	<u>22.849</u>
Retificação da destinação do resultado do exercício anterior		-	-	-	(19.279)	-	(19.279)
Lucro do exercício		-	-	-	-	(51.101)	(51.101)
Destinação do lucro societário do exercício:							
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(69.785)	(69.785)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	209.356	(209.356)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	12	<u>40.645</u>	<u>3.155</u>	<u>37.490</u>	<u>209.356</u>	<u>(407.963)</u>	<u>(177.317)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

Demonstrações do Fluxo de Caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
(Prejuízo) do exercício		(51.101)	(6.709)
Ajustes para:			
Imposto de renda e contribuição social	13	(26.284)	(3.092)
Juros e variações monetárias sobre debêntures	17	82.943	17.421
Provisões (Reversões) fiscais, trabalhistas e cíveis		328	-
Receita de aplicação financeira	17	(10.620)	(10.453)
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução no saldo de imposto e contribuições sociais ativo, líquido dos passivos		(2.565)	552
Redução (Aumento) em outras contas a receber		10.625	(15.691)
Aumento de fornecedores		32.669	23.631
Aumento no saldo de outras contas a pagar		963	379
Caixa Gerado nas atividades operacionais		<u>36.958</u>	<u>6.038</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		<u>(252)</u>	<u>(167)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais		<u>36.706</u>	<u>5.871</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Redução (Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários		663.860	(640.868)
Adições no imobilizado e intangível	8	<u>(655.111)</u>	<u>(116.075)</u>
Caixa líquido (aplicado) nas atividades de investimentos		<u>8.749</u>	<u>(756.943)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de debêntures		(2.662)	749.258
Integralização de capital		-	1.697
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		<u>(2.662)</u>	<u>750.955</u>
(Redução) aumento líquido nos equivalentes de caixa		<u>42.793</u>	<u>(117)</u>
Saldo inicial dos equivalentes de caixa	4	10	127
Saldo final dos equivalentes de caixa	4	<u>42.803</u>	<u>10</u>
(Redução) aumento líquido nos equivalentes de caixa		<u>42.793</u>	<u>(117)</u>

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

## 1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Janaúba Transmissora de Energia Elétrica S.A. (“Janaúba” ou “Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 09 de novembro de 2016, que tem como objeto principal a exploração da concessão de serviços públicos de transmissão relativos às instalações de transmissão de energia elétrica denominada Pirapora 2/Janaúba 3 em 500 kv e Janaúba 3/Bom Jesus da Lapa 2 em 500 kv, conforme estabelecido no Edital de Leilão nº 013/2015 - segunda parte, emitido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Em 10 de fevereiro de 2017, a Companhia assinou, com a ANEEL, o contrato de concessão nº 15/2017 para construção, operação e manutenção da linha de transmissão pelo prazo de 30 anos, cuja previsão para início das operações é fevereiro de 2022.

A Companhia é uma controlada da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”), e, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão assinado com a ANEEL, a Taesa, como acionista controlador, possui o compromisso de garantir que todas as obrigações e encargos estabelecidos no referido contrato sejam cumpridos.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela ANEEL através da resolução normativa nº 605, de 11 de março de 2014. As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2021.

Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias, uma vez que o MCSE especifica um tratamento ou divulgação alternativa para certos aspectos. As diferenças para as práticas contábeis adotadas para a preparação das demonstrações financeiras societárias e demonstrações contábeis regulatórias estão descritas na nota explicativa nº 22.

### 2.1. Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção de determinados instrumentos financeiros não derivativos, mensurados ao valor justo por meio do resultado.

### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis regulatórias são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.3. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

a) Avaliação de instrumentos financeiros – São utilizadas premissas e técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas.

b) Impostos, contribuições e tributos – Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos, já registradas. São constituídas provisões, quando aplicável, com base em estimativas para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua, baseadas em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos – São registrados ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos à medida em que é esperada a geração de lucro tributável futuro suficiente com base em projeções elaboradas pela Administração. Essas projeções incluem hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de relatório e reduzidos à medida que sua realização não seja mais provável.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

As práticas contábeis descritas a seguir vêm sendo aplicadas em conformidade com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

#### 3.1. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração - Itens do imobilizado operacional e administrativo são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("*impairment*") acumuladas. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

#### 3.2. Intangível

Reconhecimento e mensuração - Registrado ao custo de aquisição ou construção. Ganhos e perdas na alienação de um item do intangível (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do intangível), são reconhecidos em outras receitas e despesas operacionais no resultado.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

3.3. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, que é reconhecida no resultado, por meio do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem juros e variações monetárias sobre debêntures.

3.4. Instrumentos financeiros

a) Ativos financeiros

Classificação e mensuração - Os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR"). A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para a gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta seus instrumentos financeiros da seguinte forma:

- Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado - Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

- Custo amortizado - Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

(i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") - O modelo de perdas esperadas é aplicado aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais. A Companhia não identificou perdas ("impairment") a serem reconhecidas nos exercícios apresentados.

(ii) Baixa de ativos financeiros - A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, substancialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como VJR quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros



**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

efetivos.

### 3.7. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de competência das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins fiscais. Os impostos diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas alíquotas vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

### 3.8. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis regulatórias da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1: Classificação de passivos como circulante ou não circulante - Em janeiro de 2020, o IASB emitiu alterações nos parágrafos 69 a 76 do IAS 1, correlato ao CPC 26, de forma a especificar os requisitos para classificar o passivo como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem:

- (i) O que significa um direito de postergar a liquidação;
- (ii) Que o direito de postergar deve existir na data-base do relatório;
- (iii) Que essa classificação não é afetada pela probabilidade de uma entidade exercer seu direito de postergação;
- (iv) Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for em si um instrumento de capital próprio os termos de um passivo não afetariam sua classificação.

As alterações são válidas para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Atualmente, a Companhia avalia o impacto que as alterações terão na prática atual e se os contratos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**4. EQUIVALENTES DE CAIXA**

	31/12/2020	31/12/2019
Bancos	96	10
Aplicações financeiras	42.707	-
	42.803	10
<b>Taxa de rentabilidade anual acumulada</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>31/12/2019</b>
CDB e Operações Compromissadas	102,84% do CDI	-

Equivalentes de caixa incluem depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de alta liquidez, sem restrição de uso, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

	31/12/2020	31/12/2019
Investimento em cotas de fundos – “Pampulha” – Ativo circulante (a)	-	351.012
Investimento em cotas de fundos – “BTG Pactual CDB Plus” (b)	-	82.012
Aplicação Financeira – CDB	-	220.215
	-	653.239

(a) Fundo de investimento FIC de FI Pampulha - Fundo não exclusivo, administrado e gerido pela BNP PARIBAS Asset Management, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

(b) Fundo BTG Pactual CDB Plus - Fundo não exclusivo, sob administração e gestão do Banco BTG Pactual, que tem como característica aplicar em cotas de fundos de investimento, títulos públicos federais e títulos privados com características de renda fixa e o objetivo de buscar acompanhar as oscilações da taxa de juros, com exposição a risco de crédito.

Taxa de rentabilidade anual acumulada	31/12/2020	31/12/2019
Fundo de investimento FIC de FI Pampulha	-	103,08% do CDI
Fundo BTG Pactual CDB Plus	-	102,05% do CDI
Aplicação Financeira – CDB	-	104% do CDI

**6. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAL**

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo Circulante</b>		
IRPJ e CSLL antecipados e a compensar	2.268	344
Imposto de Renda Retido na Fonte – Receitas financeiras - IRRF	2.618	2.038
PIS e COFINS a compensar	9	9
ICMS	3.477	308
	8.372	2.699
<b>Passivo Circulante</b>		
INSS, FGTS e ICMS	1.313	1.350
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	142	240
ISS	4.369	1.292
Outros	22	108
	5.846	2.990

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**7. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS**

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	463	152
IRPJ sobre prejuízos fiscais	32.456	7.891
	32.919	8.043
<b>Passivo</b>		
IRPJ e CSLL sobre diferenças temporárias	(2.985)	(4.394)
Passivo - IRPJ e CSLL	29.934	3.649

Expectativa de realização do IRPJ e CSLL diferidos ativos	2021	2022	Após 2023	Total
Diferenças temporárias	407	56	-	463
Prejuízos fiscais	-	10.822	21.634	32.456
	407	10.878	21.634	32.919

**8. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL**

Imobilizado	Valor Bruto em 2019	Adições	Valor Bruto em 2020	Adições Líquidas	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
-------------	---------------------	---------	---------------------	------------------	--------------------	--------------------

*Ativo Imobilizado em Curso*

<b>Transmissão</b>						
Máquinas e equipamentos	125.352	646.866	772.218	646.866	772.218	125.352
Adiantamentos a fornecedores (*)	12.142	314	12.456	314	12.456	12.142
Total do Ativo Imobilizado	137.494	647.180	784.674	647.180	784.674	137.494

(\*) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

Intangível	Valor Bruto em 2019	Adições	Valor Bruto em 2020	Adições Líquidas	Valor Líquido 2020	Valor Líquido 2019
<i>Ativo Intangível em Curso</i>						
Intangíveis em curso	19.512	7.931	27.443	7.931	27.443	19.512
Total do Ativo Intangível	19.512	7.931	27.443	7.931	27.443	19.512

	Taxas anuais médias de depreciação	2020			2019
		Valor Bruto	Deprec. e amortiz. acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<i>Em curso</i>					
Transmissão - Custo histórico	-	812.117	-	812.117	157.006
Total do imobilizado e intangível		812.117	-	812.117	157.006

Composição das adições do imobilizado e intangível por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos	Total
<i>Em Curso</i>		
Máquinas e equipamentos	646.866	646.866
Adiantamentos a fornecedores (*)	314	314
Intangíveis	7.931	7.931

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Composição das adições do imobilizado e intangível por tipo de gasto capitalizado	Material / Equipamentos	Total
Total das adições do imobilizado e intangível em curso	655.111	655.111

(\*) Adiantamentos a fornecedores para aquisição de equipamentos relacionados às instalações de transmissão de energia elétrica.

## 9. PARTES RELACIONADAS

### I - Outras contas a receber – OCR – Ativo e Receitas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
	<u>Transações com empresas ligadas</u>					
1	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Mariana (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
2	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Miracema (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

REF	Contratos e outras transações	Ativo		Receita	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
1	Reembolso de despesas - Mariana	-	15	-	-
2	Reembolso de despesas - Miracema	-	103	-	-
		-	118	-	-

### II - Outras contas a pagar – OCP - Passivo e Despesas

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros / Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
	<u>Transações com a Controladora</u>					
1	OCP x disponibilidades - CCI - Taesa	R\$5 Valor mensal a partir do início da operação	29/09/2017 até a extinção da concessão	Multa de 2% a.m. + juros de mora de 12% a.a. / Atualização anual pelo IPCA	Poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, por determinação legal ou por mútuo acordo entre as partes.	Caso umas das partes não possam cumprir qualquer de suas obrigações, em decorrência de caso fortuito ou força maior, nos termos do artigo 393 do código civil, o presente contrato permanecerá em vigor, ficando a obrigação afetada suspensa por tempo igual ao de duração do evento e proporcionalmente aos seus efeitos. Os custos de implantação no valor de R\$1.512 foram pagos em 10 parcelas mensais de

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

REF	Principais informações sobre os contratos e transações com partes relacionadas					
	Classificação contábil, natureza do contrato e contraparte	Valor Original	Período de vigência / duração	Taxa de juros/ Atualização monetária	Principais condições de rescisão ou extinção	Outras informações relevantes
						junho de 2018 à março de 2019, atualizados pelo IPCA acumulado.

2	OCP x disponibilidades - reembolso de despesas - Taesa (*)	N/A	N/A	Não há taxa de juros e atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
---	------------------------------------------------------------	-----	-----	-----------------------------------------------	------------	------------

3	OCP x Outras receitas - Serviços de "back-office" - Janaúba	R\$27 Valor mensal	30/03/2020 a 30/03/2025	Multa de 2% a. m. + juros de mora/ Atualização anual pelo IPCA.	O contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante comunicação por escrito com antecedência mínima de 30 dias, na hipótese de recuperação judicial ou extrajudicial e/ou falência de uma das partes, independente de notificação judicial ou extrajudicial.	Não houve.
---	-------------------------------------------------------------	-----------------------	-------------------------	-----------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------

Transações com empresas ligadas

4	OCP x Custo e Despesa com pessoal - Previdência privada - Forluz	Investimento conforme opção do funcionário	Término indeterminado	Taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais / Não há atualização monetária.	Não houve.	Não houve.
---	------------------------------------------------------------------	--------------------------------------------	-----------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------	------------

(\*) Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros nem atualizações monetárias.

REF	Contratos e outras transações	Passivo		Despesas	
		31/12/2020	31/12/2019	2020	2019
	<u>Transações com Controlador</u>				
1	Contrato : CCI TAESA 0004/2017 - Taesa	-	-	-	465
2	Reembolso de despesas Janaúba x Taesa	2	270	-	-
3	Backoffice Janaúba x Taesa	27	-	217	-
	<u>Transações com Empresas Ligadas</u>				
4	Previdência Privada - Forluz - Despesa	-	-	-	5
		29	270	217	470

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

III – Dividendos a pagar

Dividendos a pagar	31/12/2019	Adição	31/12/2020
Dividendos a pagar à Taesa	9.996	89.065	99.061

Dividendos a pagar	31/12/2018	Retificação da destinação do resultado (*)	Dividendos obrigatórios	31/12/2019
Dividendos a pagar à Taesa	4.991	(4.991)	9.996	9.996

(\*) A AGO de 30 de abril de 2020 retificou a proposta de destinação do lucro de 2019, reclassificando o valor de R\$4.991, referente aos dividendos obrigatórios, para a Reserva especial.

10. FORNECEDORES

	31/12/2020	31/12/2019
<u>Passivo Circulante</u>		
Fornecedores de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão e outros	21.348	28.790
	<u>21.348</u>	<u>28.790</u>

Os saldos referem-se basicamente aos compromissos assumidos para a construção da linha de transmissão.

11. DEBÊNTURES

11.1 Abertura do endividamento

Credor	Taxas de Juros	Venc.	2020				2019			
			Custo a apro-priar	Principal	Juros	Total	Custo a apro-priar	Principal	Juros	Total
1º Emissão - 1ª Série (BTG/Santander/XP) (a)	IPCA + 4,5%	15/07/2033	-11.136	241.124	20.539	250.527	-12.697	228.463	8.826	224.592
2º Emissão – Série única (b) (BTG/Itaú)	IPCA + 4,8295%	15/12/2044	-35.450	602.207	29.675	596.432	-35.366	576.805	648	542.087
Não circulante			-46.586	843.331	50.214	846.959	-48.063	805.268	9.474	766.679

(a) Em 11 de janeiro de 2019 a Companhia emitiu 224.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de janeiro e de julho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de janeiro de 2022.

(b) Em 16 de dezembro de 2019 a companhia emitiu 575.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, atualizadas monetariamente pelo IPCA. Pagamento de juros e amortizações no dia 15 dos meses de dezembro e de junho de cada ano, com primeiro vencimento em 15 de dezembro de 2025.

	2020	2019
Saldo inicial	766.679	-
(+) Novas captações	-	799.000
(-) Custo de transações	(2.663)	(49.742)
(+) Juros e variação monetária incorridos	78.804	15.742
(+) Amortização do custo de captação	4.139	1.679
Saldo final	<u>846.959</u>	<u>766.679</u>

Parcelas vencíveis por indexador	Não circulante				Total
	2022	2023	2024	Após 2024	
IPCA - 1ª emissão	47.040	10.471	13.883	190.269	261.663
IPCA - 2ª emissão	-	-	-	631.882	631.882
(-) Custos de emissão a amortizar	(3.195)	(1.424)	(1.284)	(40.683)	(46.586)
	<u>43.845</u>	<u>9.047</u>	<u>12.599</u>	<u>781.468</u>	<u>846.959</u>

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

O contrato da 1ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado. Em 31 de dezembro de 2020 todas as cláusulas restritivas estavam cumpridas.

O contrato da 2ª emissão de debêntures possui cláusulas restritivas “covenants” não financeiras de vencimento antecipado, que será exigido após entrada em operação.

Instituição/ Linha Credora	Juros CP	Principal CP	Principal + juros LP	Saldo total	Data próx. pgto juros	Frequênci a pgto juros	Data próx. Amortiz.	Frequência amortiz.	Sistem- tica amortiz.
1º Emissão - 1ª Série (BTG/Santander/ XP)	-	-	250.527	250.527	17/01/2022	Semestral	17/01/2022	Semestral	SAC
2º Emissão – Série única	-	-	596.432	596.432	15/12/2022	Semestral	15/12/2025	Semestral	SAC
<b>Total</b>	-	-	<b>846.959</b>	<b>846.959</b>					

### 11.2 Abertura dos ativos financeiros

Equivalentes de caixa, e títulos e valores mobiliários	31/12/2020	31/12/2019
- Equivalentes de caixa - Bancos	42.803	10
- Títulos e valores mobiliários	-	653.239
	<b>42.803</b>	<b>653.249</b>

### 11.3 Composição do endividamento e dívida líquida

Resumo	2020				Total 2019
	Juros CP	Principal CP	Principal + Juros LP	Total	
<i><u>Dívida Bruta</u></i>					
Debêntures	-	-	846.959	846.959	766.679
<i><u>Ativos Financeiros</u></i>					
Equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários	-	(42.803)	-	(42.803)	(653.249)
<b>Dívida Líquida</b>				<b>804.156</b>	<b>113.430</b>

## 12. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social - Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social totalmente integralizado era de R\$40.645, representado por 40.645.100 (quarenta milhões seiscentas e quarenta e cinco mil e cem) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

Reserva de lucros: (a) Reserva legal - Constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social; e (b) Reserva especial - Constituída com base no artigo 202, inciso III, parágrafo 5º da Lei nº 6.404/76. Os valores correspondentes a essa reserva deverão ser distribuídos assim que a situação da Companhia financeira permitir, desde que não tenham sido absorvidos por prejuízos dos exercícios seguintes.

Remuneração dos acionistas - O estatuto social da Companhia prevê o pagamento de dividendos anual mínimo obrigatório de 25%, calculado sobre o lucro líquido do exercício apurado na forma da Lei nº 6.404/76.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Destinação do lucro (prejuízo) do exercício

	31/12/2020	31/12/2019
Lucro (Prejuízo) do exercício - societário	279.142	42.087
Reserva legal	-	(2.104)
Dividendos obrigatórios (25% do lucro societário)	(69.786)	(9.996)
Reserva especial	-	(10.708)
Dividendos adicionais propostos	(209.356)	(19.279)

(\*) Como a Companhia está em fase de construção, a AGO de 30 de abril de 2020 retificou a proposta de destinação do resultado do exercício. Com essa decisão, os dividendos obrigatórios propostos com base no estatuto, foram reclassificados para a Reserva especial (reserva de lucro).

A destinação do lucro (prejuízo) do exercício é feita com base no resultado societário da Companhia.

### 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Diferidos - são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos (que afetem diretamente a receita, uma vez que a Companhia é tributada pelo lucro real) e o respectivo valor contábil.

	2020	2019
Imposto de renda	(19.326)	(2.274)
Contribuição social	(6.958)	(818)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(26.284)	(3.092)

### 14. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia contratou seguro de fiel cumprimento dos prejuízos decorrentes do seu inadimplemento nas obrigações assumidas no contrato de concessão, exclusivamente no que se refere à construção, operação e manutenção de instalações descritas no referido contrato.

Leilão	Seguradora	Vigência	Valor Segurado
13/2015 – 2ª etapa	Austral Seguradora S.A.	07/02/2017 a 06/11/2022	95.960

Tipo de seguro	Seguradora	Vigência	Limite máximo de indenização	Prêmio
RCG	AXA	20/09/20 a 19/09/21	10.000	6
D&O	Zurich Seguros	18/09/10 a 18/09/21	40.000	6

Os seguros da Companhia são contratados conforme as respectivas políticas de gerenciamento de riscos e seguros vigentes e dada a sua natureza não fazem parte do escopo do nosso auditor independente.

### 15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

#### 15.1. Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos da Companhia visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem os riscos de capital, de mercado (risco de taxa de juros e outros riscos operacionais, quando aplicável), de crédito e de liquidez. A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos nos exercícios apresentados.



**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

15.2. Gestão do risco de capital

A Companhia administra seus capitais para assegurar que possa continuar com suas atividades normais e maximizar o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações. A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido, ou seja, debêntures deduzidas pelos equivalentes de caixa, e patrimônio líquido.

15.3. Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativos financeiros</b>		
Valor justo por meio do resultado:		
- Títulos e valores mobiliários	42.707	653.239
<i>Custo amortizado:</i>		
- Caixa e bancos	96	10
	42.803	653.249
<b>Passivos financeiros</b>		
<i>Outros passivos financeiros ao custo amortizado</i>		
- Fornecedores	21.348	28.790
- Debêntures	846.959	766.679
	868.307	795.469

15.4. Risco de mercado

15.4.1 Gestão do risco de taxa de juros

Para minimizar o risco de captação insuficiente de recursos com custos e prazos de reembolso considerados adequados, a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa. Não houve mudança relevante na exposição da Companhia quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual ela administra e mensura esses riscos.

A Companhia está exposta às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre aplicações financeiras, cujo risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros.

15.4.2 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros

As análises de sensibilidade foram elaboradas com base na exposição líquida da Companhia às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o exercício, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

Índice	31/12/2019	Cenário provável em 31/12/2020
CDI	2,75%	5,25%
IPCA	4,52%	4,92%

(a) Divulgado pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), 16 de abril de 2021 – Fonte Externa Independente.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos	31/12/2020	Efeito Provável no LAIR - 2021 - (redução)
Ativos financeiros - Títulos e valores mobiliários e equivalentes de caixa - CDI	42.707	1.068
Passivos Financeiros – Debêntures - IPCA	893.545	10.991
		12.059

#### 15.5 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia a incorrer em perdas financeiras. Esse risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito do saldo mantido em equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras que possuem níveis de classificação de crédito ("ratings") satisfatórios, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

#### 15.6 Gestão do risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de debêntures, por meio do monitoramento dos fluxos de caixa e perfis de vencimento.

A tabela a seguir (i) apresenta em detalhes o prazo de vencimento contratual remanescente dos passivos financeiros não derivativos, (ii) foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações e (iii) inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal.

Debêntures	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Pós-fixadas	-	-	-	241.292	1.124.765	1.366.057

#### 15.7 Gestão dos riscos operacionais (fase de construção)

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Os principais riscos operacionais aos quais a Companhia está exposta, são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. Caso a Companhia venha a infringir quaisquer disposições da legislação ou regulamentação aplicáveis, a referida infração pode significar a imposição de sanções pelas autoridades competentes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - Caso a Companhia expanda os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Caso ocorra algum atraso ou algum dano ambiental no âmbito da construção e desenvolvimento de infraestruturas, tais eventos poderão prejudicar o desempenho operacional da Companhia ou atrasar seus programas de expansão, hipótese em que a performance financeira da Companhia poderia sofrer um impacto adverso.

Dado que a Companhia pode depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações, está sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigada a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco de contencioso - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, que são acompanhados pelos seus assessores jurídicos. A Companhia analisa periodicamente as informações disponibilizadas pelos seus assessores jurídicos para concluir sobre a probabilidade de êxito final das causas, evitando a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos.

A Administração da Companhia é responsável pelo desenvolvimento e implantação de controles para mitigar os riscos operacionais: (i) exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações; (ii) exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações; (iii) cumprimento com exigências regulatórias e legais; (iv) documentação de controles e procedimentos; (v) exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados; (vi) exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas; (vii) desenvolvimento de planos de contingência; (viii) treinamento e desenvolvimento profissional; (ix) padrões éticos e comerciais; e (x) mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

15.8. Hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os diferentes níveis foram definidos conforme a seguir: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis). Não houve mudança de nível para esses instrumentos financeiros no exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

15.8.1 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

	Nota explicativa	31/12/2020	31/12/2019	Hierarquia do valor justo
<u>Ativos financeiros</u>				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	4 e 5	42.707	653.239	Nível 2

15.8.2 Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo por meio do resultado (entretanto, são exigidas divulgações do valor justo)

	Nota explicativa	31/12/2020		31/12/2019		Hierarquia do valor justo
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	
Debêntures - Passivos financeiros	11	846.959	892.317	766.679	773.180	Nível 2

A Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros ao custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos.

## 16. PESSOAL E ADMINISTRADORES

	2020	2019
Remuneração direta	(169)	287
Benefícios	(1.285)	541
FGTS e INSS	(50)	106
Pessoal	(1.504)	934

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 os administradores da Companhia abdicaram qualquer tipo de remuneração pelo desempenho de suas funções.

## 17. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS

	2020	2019
Rendimentos de aplicação financeira	10.620	10.453
Receitas financeiras	10.620	10.453
Debêntures - Juros incorridos	(82.943)	(17.421)
Outras receitas (despesas) financeiras - líquidas	(2.221)	(1.049)
Despesas financeiras	(85.164)	(18.470)
	(74.544)	(8.017)

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### 18. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA – CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. Em 31 de dezembro de 2020, 35% do quadro efetivo de empregados da Companhia participava do Plano Taesaprev (38% em 31 de dezembro de 2019).

A única obrigação da Companhia é realizar as contribuições de acordo com as regras do plano de previdência privada, que são liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano. Os valores de passivo, custos e despesas estão apresentados na nota explicativa nº 9 – Partes relacionadas.

#### 19. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

A Companhia possui diversos contratos vigentes para fornecimento de bens, equipamentos, materiais e serviços para implementação das instalações de transmissão.

Conforme nota explicativa nº 9 - Partes relacionadas, a Companhia contratou a Taesa para realização das atividades de back-office.

#### 20. OUTRAS INFORMAÇÕES

Aspectos ambientais - A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental. Abaixo a licença ambiental concedida à Companhia:

Trecho	Licença de Instalação e operação nº	Data de emissão	Vencimento
LT 500 KV Bom Jesus da Lapa 2 - Janaúba 3 - Pirapora 2	1302/2019	11/07/2019	11/07/2025

COVID-19 - O início de 2020 foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou todo mundo e também a Companhia. Desde então, a Companhia, em conjunto com a Taesa, vem adotando medidas para a proteção, segurança e saúde de seus colaboradores, suas famílias e as comunidades locais, a fim de proteger seu maior ativo – as pessoas – e reduzir a velocidade de disseminação do novo coronavírus no país. Assim, destacamos as principais medidas implementadas até o momento:

- o Comunicação frequente e atualizada para os colaboradores sobre o novo coronavírus;
- o Retorno gradual dos empregados ao trabalho presencial, cumprindo todos os protocolos e orientações dos órgãos de saúde, com acompanhamento de assessoria médica especializada;

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- o Suspensão de viagens e reuniões presenciais;
- o Monitoramento dos empregados com apoio no tratamento de casos suspeitos ou positivos identificados da COVID-19;
- o Disponibilização de diversos canais de atendimento para cuidar da saúde física e mental dos colaboradores e de seus familiares;
- o Vacinação contra a gripe influenza para o grupo de risco;
- o Manutenção das atividades de operação e manutenção de forma a garantir a segurança das pessoas e do sistema elétrico;

## 21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Aprovação da Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2020 – A AGO de 30 de abril de 2021 ratificou a destinação do Lucro Líquido de 2020 descrito na nota explicativa nº 12 – Patrimônio Líquido.

Alteração da Diretoria – Em 23 de março de 2021 a AGE da Companhia elegeu o Sr. André Augusto Telles Moreira como Diretor Presidente, Sr. Erik da Costa Breyer como Diretor Financeiro, Sr. Marco Antônio Resende Faria como Diretor Técnico e Diretor Jurídico e Regulatório, Sr. Fábio Antunes Fernandes Diretor de Negócios e Sr. Luis Alessandro Alves como Diretor de Implantação.

Aumento de capital: A AGE de 18 de janeiro de 2021 aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$90.000, elevando o capital subscrito dos atuais R\$40.645 para R\$130.645.

## 22. CONCILIAÇÃO DO BALANÇO PATRI MONIAL E DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO REGULATÓRIO E SOCI ETÁRIO

Para fins estatutários, a Companhia seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Dessa forma, dado o não pronunciamento da ANEEL em relação a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 9) e Pronunciamento Técnico CPC 47 (Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 15), com vigência a partir de janeiro de 2018, eventuais impactos da adoção dos referidos pronunciamentos não estão sendo considerados na elaboração destas demonstrações contábeis regulatórias. Adicionalmente, uma vez que há diferenças entre as práticas contábeis adotadas nas demonstrações financeiras societárias e as práticas adotadas nas demonstrações contábeis regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas duas demonstrações em questão. A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Balço Patrimonial	Nota explicativa	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
<b>Ativos</b>							
<i>Ativos circulantes</i>							
Caixa e equivalentes de caixa		42.803	-	42.803	10	-	10
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	653.239	-	653.239
Impostos e contribuições sociais		8.372	-	8.372	2.699	-	2.699
Outras contas a receber		5.098	-	5.098	15.718	-	15.718
<b>Total dos ativos circulantes</b>		<b>56.273</b>	<b>-</b>	<b>56.273</b>	<b>671.666</b>	<b>-</b>	<b>671.666</b>
<i>Ativos não circulantes</i>							
Impostos e contribuições diferidos	(ii)	29.934	(29.934)	-	3.649	(3.649)	-
Ativo de contrato de concessão	(i)	-	1.576.025	1.576.025	-	302.902	302.902
Outras Contas a receber		-	-	-	5	-	5
Direito de uso	(iii)	-	-	-	-	1.041	1.041
Imobilizado	(iv)	784.674	(784.674)	-	137.494	(137.494)	-
Intangível	(iv)	27.443	(27.443)	-	19.512	(19.512)	-
<b>Total dos ativos não circulantes</b>		<b>842.051</b>	<b>733.974</b>	<b>1.576.025</b>	<b>160.660</b>	<b>143.288</b>	<b>303.948</b>
<b>Total dos ativos</b>		<b>898.324</b>	<b>733.974</b>	<b>1.632.298</b>	<b>832.326</b>	<b>143.288</b>	<b>975.614</b>
<b>Passivos</b>							
<i>Passivos circulantes</i>							
Fornecedores		21.348	-	21.348	28.790	-	28.790
Passivo de arrendamento	(iii)	-	-	-	-	475	475
Impostos e contribuições sociais		5.846	-	5.846	2.990	-	2.990
Dividendos a pagar		99.061	-	99.061	9.996	-	9.996
Outras contas a pagar		1.986	-	1.986	1.022	-	1.022
<b>Total dos passivos circulantes</b>		<b>128.241</b>	<b>-</b>	<b>128.241</b>	<b>42.798</b>	<b>475</b>	<b>43.273</b>
<i>Passivos não circulantes</i>							
Debêntures		846.959	-	846.959	766.679	-	766.679
Passivo de arrendamento	(iii)	-	-	-	-	642	642
Provisão para desmobilização de ativos	(iii)	-	-	-	-	4	4
Provisões para contingências		328	-	328	-	-	-
Fornecedores		40.113	-	40.113	-	-	-
Impostos e contribuições diferidos	(v)	-	180.229	180.229	-	36.429	36.429
Tributos diferidos	(vi)	-	145.782	145.782	-	28.018	28.018

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Nota explicativa	31/12/2020			31/12/2019		
		<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>	<u>Regulatório</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Societário</u>
Balço Patrimonial							
Total dos passivos não circulantes		887.400	326.011	1.213.411	766.679	65.093	831.772
<i>Patrimônio líquido</i>							
Capital social		40.645	-	40.645	40.645	-	40.645
Reserva de lucros		40.645	-	40.645	40.645	-	40.645
Dividendos adicionais propostos (Prejuízos) acumulados		209.356 (407.963)	- 407.963	209.356 -	19.279 (77.720)	- 77.720	19.279 -
Total do patrimônio líquido	(vii)	<u>(117.317)</u>	<u>407.963</u>	<u>290.646</u>	<u>22.849</u>	<u>77.720</u>	<u>100.569</u>
Total dos passivos e do patrimônio líquido		<u>898.324</u>	<u>733.974</u>	<u>1.632.298</u>	<u>832.326</u>	<u>143.288</u>	<u>975.614</u>



**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Demonstração do Resultado do Exercício	Nota explicativa	31/12/2020			31/12/2019		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita de implementação de infraestrutura, correção monetária do ativo de contrato de concessão, operação e manutenção e outras, líquidas		-	1.155.359	1.155.359	-	190.128	190.128
Receita líquida	(x)	-	1.155.359	1.155.359	-	190.128	190.128
Depreciação e amortização		-	(270)	(270)	-	(416)	(416)
Pessoal		(177)	-	(177)	-	-	-
Material		-	(655.111)	(655.111)	-	(116.074)	(116.074)
Outros custos		(409)	408	(1)	(554)	435	(119)
Custos operacionais	(xi)	(586)	500.386	499.800	(554)	(116.055)	(116.609)
Pessoal		(1.327)	-	(1.327)	(934)	-	(934)
Serviços de terceiros		(525)	-	(525)	(196)	-	(196)
Outras despesas operacionais líquidas		(403)	-	(403)	(100)	-	(100)
Despesas operacionais		(2.255)	-	(2.255)	(1.230)	-	(1.230)
Resultado da atividade		(2.841)	500.386	497.545	(1.784)	74.073	72.289
Receitas financeiras		10.620	-	10.620	10.453	-	10.453
Despesas financeiras		(82.943)	-	(82.943)	(17.421)	-	(17.421)
Despesas financeiras - Arrendamento		-	(59)	(59)	-	(98)	(98)
Outras despesas financeiras		(2.221)	-	(2.221)	(1.049)	-	(1.049)
Receita e despesas financeiras, líquidas	(xii)	(74.544)	(59)	(74.603)	(8.017)	(98)	(8.115)
Resultado antes dos impostos e contribuições		(77.385)	500.327	422.942	(9.801)	73.975	64.174
Imposto de renda e contribuição social	(xiii)	26.284	(170.084)	(143.800)	3.092	(25.179)	(22.087)
Lucro (Prejuízo) do exercício	(xiv)	(51.101)	330.243	279.142	(6.709)	48.796	42.087

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir são detalhadas a natureza e explicações dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e regulatória:

(i) Ativo de contrato de concessão

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 – Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. A receita da Companhia é classificada no seguinte grupo:

a) Receita de construção - Serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescentando-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado, todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais (IR e CSLL diferidos e PIS e COFINS diferidos) correspondentes.

(ii) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(iii) Direito de uso, passivo arrendamento e provisão para desmobilização de ativos

A Companhia não aplicou o CPC 06 (R2) na contabilidade regulatória.

(iv) Imobilizado e Intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Com a adoção do CPC 47 nas demonstrações financeiras societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato de concessão (CPC 47), vide nota de ajuste (i). Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível. As premissas específicas para o ativo imobilizado/intangível regulatório são:

(i) Garantir que o ativo imobilizado/intangível não seja afetado pelo CPC 47; e (ii) Que os ativos estejam registrados contabilmente pelo valor homologado pela ANEEL.

(v) Impostos e contribuições sociais diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso IR e CSLL diferidos.

(vi) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 e da ICPC 01 (R1) foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso o PIS e COFINS diferidos.

(vii) Patrimônio líquido

Saldo referente à diferença entre a contabilidade societária e a contabilidade regulatória, decorrente do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e não considerado nas demonstrações contábeis regulatórias.

Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório	2020	2019
Patrimônio líquido societário	290.646	100.569
Ativo de contrato de concessão (CPC 47)	(1.576.025)	(302.902)
Direito de uso (CPC 06 (R2))	-	(1.041)
Imobilizado e intangível (CPC 47)	812.117	157.006
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47), ativos e passivos, líquidos	210.163	40.078
Passivo de arrendamento (CPC 06 (R2))	-	1.117
Provisão para desmobilização de ativos (CPC 06 (R2))	-	4
Tributos diferidos – Pis e Cofins (CPC 47)	145.782	28.018
Patrimônio líquido regulatório	(117.317)	22.849

(viii) Receita bruta

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo de contrato de concessão, decorrentes da aplicação do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

(ix) Tributos diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(x) Receita operacional líquida

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no período referente às receitas de receita de construção e remuneração do ativo de contrato de concessão, decorrentes das aplicações do CPC 47. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão, na fase de operação e os efeitos do CPC 47 são desconsiderados.

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes das aplicações do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, PIS e COFINS diferidos.

(xi) Custos operacionais

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo o custo de construção, registrados no resultado no grupo de "Custos operacionais" na rubrica "Material e outros custos de construção".

As despesas de depreciação e amortização referentes ao ativo imobilizado e/ou intangível, reconhecidas para fins regulatórios, são apropriadas ao resultado conforme o disposto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Os custos, amortização do direito de uso e a depreciação de desmobilização referentes ao CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória.

(xii) Receita e despesas financeiras, líquidas

As despesas financeiras referentes ao CPC 06 (R2) não foram aplicados na contabilidade regulatória.

(xiii) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Conforme detalhado na nota de ajuste (i), todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes, no caso, ao IR e CSLL diferidos.

(xiv) Lucro (Prejuízo) do exercício

<b>Conciliação do Lucro (Prejuízo) societário e regulatório</b>	<b>2020</b>	<b>2019</b>
Lucro (Prejuízo) societário	279.142	42.087
Receita bruta (CPC 47)	(1.273.123)	(211.918)
Tributos e encargos - PIS e COFINS (CPC 47)	117.764	21.790
Custos operacionais - Materiais (CPC 47)	655.111	116.074
Depreciação e amortização (CPC 47 e ICPC 01 (R1))	279	416
Arrendamentos de Veículos (Leasing) (CPC 06 (R2))	(408)	(435)
Despesa financeira - Arrendamento (CPC 06 (R2))	59	98
Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos (CPC 47)	170.084	25.179
(Prejuízo) regulatório	<u>(51.101)</u>	<u>(6.709)</u>

A diferença entre o resultado auferido na contabilidade societária para aquele apurado para fins regulatórios decorre do efeito da aplicação do CPC 47, líquido de impostos, reconhecido para fins societários e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

**Notas explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias  
referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

\* \* \* \* \*

Diretoria	
Nomes	Cargo
André Augusto Telles Moreira	Diretor Presidente
Erik da Costa Breyer	Diretor Financeiro
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Técnico
Marco Antônio Resende Faria	Diretor Jurídico e Regulatório
Fábio Antunes Fernandes	Diretor de Negócios

Wagner Rocha Dias  
Contador  
CRC-RJ-112158/O-3  
CPF nº 778.993.777-49